



POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA SOB A PERSPECTIVA DA PRODUÇÃO ACADÊMICA DOS ÚLTIMOS DEZ ANOS

Igor Barros Santos¹

Helena Cristina Guimarães Queiroz Simões²

RESUMO

A educação indígena passou por amplos processos de transformação e hoje se reconhece como um gênero que engloba a educação dentro do contexto escolar e a educação realizada fora deste. O aprofundamento do estudo da política educação indígena, seja epistemológica ou empiricamente falando, tem sido objeto de interesse em diversas áreas do conhecimento, em especial, pela antropologia. O estudo desenvolveu-se a partir do acervo digital da Scientific Electronic Library Online - Scielo. O recorte temporal foi de 2009 a 2019 e os descritores de busca foram: “políticas de educação”, “indígena” e “escolar”. Destaque-se que este trabalho apresenta uma ação de busca parcial, uma vez que outros descritores poderão ser utilizados para alcançar as produções que discutam a assuntos correlatos. Em que pese esse direcionamento das produções, constatou-se, também, que os estudiosos da educação indígena estão atentos aos problemas atuais e práticos enfrentados, de maneira que procuram abordar temas como a identidade e diferença, inclusão social, laicidade, liberdade de crença e políticas educacionais específicas criadas pelo poder público.

Palavras-chave: Educação Indígena. Educação Escolar. Revisão de Literatura.

INTRODUÇÃO

A educação indígena passou por amplos processos de transformação e hoje se reconhece como um gênero que engloba a educação dentro do contexto escolar e a educação realizada fora deste. A primeira é reconhecida pela legislação vigente e tem como características ser específica, diferenciada, intercultural, bilíngue e comunitária. Já a educação fora do ambiente escolar pode ser desenvolvida de maneira informal, em seu cotidiano, ou no eixo não formal, por intermédio de instituições distintas do poder público, a exemplo das exercidas pelas organizações não-governamentais ou participação dos índios em movimentos sociais.

¹ Mestrando em educação pela Universidade Federal – AP- igorbsantos@hotmail.com.

² Professora orientadora: Doutora, Universidade Federal – AP - simoeshcg@gmail.com.



Assim, o instituto da educação indígena possui dupla acepção. De um lado tem-se a educação não escolar indígena e de outro lado tem-se a educação escolar indígena. A educação não escolar indígena, pode ser realizada através de “processos tradicionais de aprendizagem, que envolvem saberes e costumes característicos de cada etnia” (SOBRINHO et al., 2017, p. 59). Por intermédio da oralidade, seja nos rituais seja no próprio cotidiano, estes saberes são ensinados e perpetuam-se na comunidade.

No que se refere especificamente à educação escolar, sob a perspectiva histórica, atribui-se ao processo de catequese jesuítico o marco fundador do que futuramente se denominaria de educação escolar indígena. Portanto, o objetivo era a conversão dos nativos ao cristianismo e a sua integração à cultura europeia colonizadora (BITTAR, 2004). Nessa esteira, segundo Bergamasch e Silva, o modelo escolar é praticado há muito tempo no Brasil, os padres, em pleno século XVI, buscavam ensinar os índios a ler e escrever em português (BERGAMASCH E SILVA, 2007).

O aprofundamento do estudo da política educação indígena, seja epistemológica ou empiricamente falando, tem sido objeto de interesse em diversas áreas do conhecimento, em especial, pela antropologia. No entanto, após uma leitura flutuante (BARDIN, 2004) das produções acadêmicas dos últimos 10 (dez) anos na área educacional no tocante à política de educação escolar indígena, foram encontradas 07 produções.

Desta forma, coube indagar, dentre as produções acadêmicas objeto desta pesquisa, quais as tendências investigativas sobre as políticas de educação escolar indígena na área da educação e pesquisa educacional? Nessa linha, o presente trabalho se propõe apresentar os estudos sobre a produção acadêmica na área educacional acerca da política de educação escolar indígena.

O estudo desenvolveu-se a partir do acervo digital da Scientific Electronic Library Online - Scielo. O recorte temporal foi de 2009 a 2019 e os descritores de busca foram: “políticas de educação”, “indígena” e “escolar”. A busca ocorreu com os descritores de forma conjunta. Impede advertir que este trabalho apresenta uma ação de busca parcial, uma vez que outros descritores poderão ser utilizados para alcançar as produções que discutam a assuntos correlatos. Fixou-se como áreas temáticas a educação e pesquisa educacional com o fim de atender ao questionamento que deu ensejo a presente pesquisa, delimitando assim as produções na área da educação.

Como resultado da consulta ao acervo digital, especificamente das produções encontrada, percebe-se a relevância atribuída ao aspecto histórico da educação indígena no Brasil ganha elevada ênfase. Demais disso, percebe-se que apesar do avanço na abordagem



estatal da educação indígena, desviando-se da perspectiva da tutela para uma análise e cunho emancipatório, os escritos demonstram que há muito que se concretizar ultrapassando-se o prisma meramente normativo. Para além dos aspectos históricos e das considerações acerca da educação indígena intercultural e bilíngue, constata-se a inserção de temas voltados para as novas demandas.

METODOLOGIA

O aprofundamento do estudo da política educação indígena, seja epistemológica ou empiricamente falando, tem sido objeto de interesse em diversas áreas do conhecimento, em especial, pela antropologia. No entanto, após uma leitura flutuante (BARDIN, 2004) das produções acadêmicas dos últimos 10 (dez) anos na área educacional no tocante à política de educação escolar indígena, foram encontradas 07 produções.

Desta forma, coube indagar, dentre as produções acadêmicas objeto desta pesquisa, quais as tendências investigativas sobre as políticas de educação escolar indígena na área da educação e pesquisa educacional? Nessa linha, o presente trabalho se propõe apresentar os estudos sobre a produção acadêmica na área educacional acerca da política de educação escolar indígena.

O estudo desenvolveu-se a partir do acervo digital da Scientific Electronic Library Online - Scielo. O recorte temporal foi de 2009 a 2019 e os descritores de busca foram: “políticas de educação”, “indígena” e “escolar”. A busca ocorreu com os descritores de forma conjunta.

Impede advertir que este trabalho apresenta uma ação de busca parcial, uma vez que outros descritores poderão ser utilizados para alcançar as produções que discutam a assuntos correlatos. Fixou-se como áreas temáticas a educação e pesquisa educacional com o fim de atender ao questionamento que deu ensejo a presente pesquisa, delimitando assim as produções na área da educação.

REFERENCIAL TEÓRICO

O instituto da educação indígena é analisado sob duas óticas. A primeira passa pela análise da educação não escolar indígena, que pode englobar a difusão informal de saberes tradicionais. A segunda é a educação escolar indígena, promovida dentro do ambiente escolar.

No tocante à educação escolar indígena, trata-se de modelo praticado há muito tempo no Brasil, os padres, em pleno século XVI, buscavam ensinar os índios a ler e escrever em



português. A partir de então, os processos educacionais tradicionais típicos de etnia foram colocados em segundo plano e, gradativamente, perderam sua importância (BERGAMASCH e SILVA, 2007).

De acordo com Fontan

não se pode olvidar que a implementação de projetos escolares para populações indígenas brasileiras remonta ao período colonial do século XVI, quando foram introduzidas atividades “civilizatórias”, concomitantemente com a invasão das áreas habitadas pela população nativa. Tais atividades foram delegadas aos missionários católicos pela Coroa Portuguesa. Nesse período, é facilmente aferido que o objetivo era integrar os índios à sociedade, negando-lhes a sua própria cultura e modo de vida. (FONTAN, 2017, p.20)

Alguns teóricos da educação indígena, como por exemplo Silveira e Luciano tendem a tratar a educação escolar indígena como sendo a educação formal e a educação indígena como sendo a educação informal (SILVEIRA, 2012; LUCIANO, 2006). Nesse sentido, Luciano apresenta sua compreensão sobre da educação indígena com o entendimento sobre o ciclo de vida de um indígena que é marcado por ações pedagógicas comunitárias. É dizer, durante a convivência, pais, familiares e toda comunidade são responsáveis formação educacional dos indígenas e pelo desenvolvimento crianças e jovens (LUCIANO, 2006).

De acordo com Silveira et al. indicam que “há de se ter clareza do diferencial que permeia o conceito da educação indígena e de educação escolar indígena, com o objetivo de perceber que são dois conceitos complementares, jamais excludentes” (SILVEIRA; SILVEIRA, 2012, p. 54). Conforme Luciano, “desse modo, os povos indígenas, na atualidade, convivem e desenvolvem duas experiências distintas de educação: educação própria ou educação tradicional e educação escolar” (LUCIANO, 2013, p.01).

Conforme Luciano, o processo de aprendizagem é realizado seguindo-se o modelo dos adultos (pais e avós), concretizado pela experimentação e da observação. Assim, são repassadas lições morais, espirituais e da vida em comunidade para que se perceba como componente de uma coletividade. A migração para a vida adulta ocorre a partir da análise do caráter e das virtudes dos jovens indígenas, que, por sua vez, comprometem-se com o futuro repasse dos conhecimentos adquiridos para as crianças (LUCIANO, 2006).

Nessa linha, o presente trabalho se propõe apresentar os estudos sobre a produção acadêmica na área educacional acerca da política de educação escolar indígena. A pesquisa se desenvolveu através de estudo de revisão narrativa da literatura sobre as políticas de educação escolar indígena. Conforme Vosgerau e Romanowski, “os estudos de revisão consistem em



organizar, esclarecer e resumir as principais obras existentes, bem como fornecer citações completas abrangendo o espectro de literatura relevante em uma área” (VOSGERAU E ROMANOWSKI, 2014, p. 167). Podem, também, levando em consideração publicações de determinada área do conhecimento, fornecer um panorama histórico sobre a matéria em questão.

Como resultado da consulta ao acervo digital, especificamente das produções encontrada, percebe-se a relevância atribuída ao aspecto histórico da educação indígena no Brasil ganha elevada ênfase. Demais disso, percebe-se que apesar do avanço na abordagem estatal da educação indígena, desviando-se da perspectiva da tutela para uma análise e cunho emancipatório, os escritos demonstram que há muito que se concretizar ultrapassando-se o prisma meramente normativo. Para além dos aspectos históricos e das considerações acerca da educação indígena intercultural e bilíngue, constata-se a inserção de temas voltados para as novas demandas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Conforme Silva, “a introdução da escola entre os povos indígenas serviu de instrumento de imposição de valores alheios e de negação de identidades diferenciadas, por meio de diferentes processos, como a catequização e a integração” (SILVA, 2019, p.322), Nessa esteira, afirma Grupioni que:

Em contraposição a uma escola que se constituía pela imposição do ensino da língua portuguesa, pelo acesso à cultura nacional e pela perspectiva da integração é que se molda um outro modelo de como deveria ser a nova escola indígena, caracterizada como uma escola comunitária (na qual a comunidade indígena deveria ter papel preponderante, diferenciada (das demais escolas brasileiras), específica (própria a cada povo indígena onde fosse instalada), intercultural (no estabelecimento de um diálogo entre conhecimentos ditos universais e indígenas) e bilíngue (com a consequente valorização das línguas maternas e não só de acesso à língua nacional (GRUPIONI, 2008, p. 37).

Destaque-se que nas produções de Silva (2019), Grupioni (2013) e Oliveira e Nascimento (2012) o aspecto histórico da educação indígena no Brasil ganha elevada ênfase. Demais disso, percebe-se que apesar do avanço na abordagem estatal da educação indígena, desviando-se da perspectiva da tutela para uma análise e cunho emancipatório, os escritos demonstram que há muito que se concretizar ultrapassando-se o prisma meramente normativo.



Para além dos aspectos históricos e das considerações acerca da educação indígena intercultural e bilíngue, constata-se a inserção de temas voltados para as novas demandas. Assim, as produções acadêmicas sobre a política de educação escolar indígena estão alinhadas às necessidades e às adaptações da política educacional geral. Nesse sentido têm-se as produções de Pereira e Miranda (2017), que debatem a laicização e a intolerância religiosa, Bergamaschi e Sousa (2015), que estudam os territórios etnoeducacionais, e Bruno e Coelho (2016) que estudam a inclusão de indígenas surdos nas escolas diferenciadas indígenas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nos dados coletados através da revisão de literatura e considerando o recorte temporal de 2009 a 2019, percebe-se que na área da educação existem poucas produções acerca da política de educação escolar indígena. Constatou-se, também, de acordo com o referencial teórico, que há maior interesse em pesquisas voltadas a retratar o aspecto histórico da política educacional indígena e sua evolução no tempo.

Em que pese esse direcionamento das produções, constatou-se, também, que os estudiosos da educação indígena estão atentos aos problemas atuais e práticos enfrentados, de maneira que procuram abordar temas como a identidade e diferença, inclusão social, laicidade, liberdade de crença e políticas educacionais específicas criadas pelo poder público.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2004.

BERGAMASCHI, Maria Aparecida; SOUSA, Fernanda Brabo. Territórios etnoeducacionais: ressitando a educação escolar indígena no Brasil. **Pro-Posições**, Campinas, v. 26, n. 2, p. 143-161, ago. 2015. Disponível em

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73072015000200143&lng=pt&nrm=iso>. acesso

em 02 mar. 2020. <https://doi.org/10.1590/0103-7307201507709>.

BITTAR, Marisa; FERREIRA JUNIOR, Amarílio. **Pluralidade lingüística, escola de bê-á-bá e teatro jesuítico no Brasil do século XVI**. Educação e Sociedade, v. 25, p. 171-195, 2004.

BROUGÈRE, Gilles; ULMANN, Anne-Lise (Org.). **Aprender pela vida cotidiana**. Campinas: Autores Associados, 2012.



BRUNO, Marilda Moraes Garcia; COELHO, Luciana Lopes. **Discursos e Práticas na Inclusão de Índios Surdos em Escolas Diferenciadas Indígenas.** Educ. Real., Porto Alegre , v. 41, n. 3, p. 681-693, set. 2016 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-62362016000300681&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 02 mar. 2020.

<https://doi.org/10.1590/2175-623661084>.

D'ANGELIS, Wilmar da Rocha. Aprisionando sonhos. **A educação escolar Indígena no Brasil.** Campinas, SP: Curt Nimuendajú, 2012.

SILVA, Aracy L. da; GRUPIONI, Luis D.B., **A Temática Indígena Na Sala De Aula**, novos subsídios para professores de 1º e 2º grau, 1ª ed.: Global Editora e Distribuidora LTDA, 1995.

GRUPIONI, Luís Donisete Benzi. **Quando a Antropologia se defronta com a Educação:** formação de professores índios no Brasil. Pro-Posições, Campinas , v. 24, n. 2, p. 69-80, ago. 2013 . Disponível em

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73072013000200006&lng=pt&nrm=iso>.

acesso em 02 mar. 2020. <https://doi.org/10.1590/S0103-73072013000200006>.

LUCIANO, Gersem dos Santos. **O índio brasileiro:** o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília: MEC/SECAD; LACED/Museu Nacional, 2006. (Coleção Educação Para Todos. Série Vias dos Saberes n. 1).

LUCIANO, G. J. S. **Educação indígena no país e o direito de cidadania plena.** Revista Retratos da Escola, Brasília: ESFORCE, v. 7, n. 13, p. 345-357, jul./dez. 2013.

OLIVEIRA, Luiz Antônio de; NASCIMENTO, Rita Gomes do. **Roteiro para uma história da educação escolar indígena:** notas sobre a relação entre política indigenista e educacional. Educ. Soc., Campinas , v. 33, n. 120, p. 765-781, set. 2012 . Disponível em

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302012000300007&lng=pt&nrm=iso>.

Acesso em 02 mar. 2020. <https://doi.org/10.1590/S0101-73302012000300007>.

PEREIRA, Júnia Sales; MIRANDA, Sonia Regina. **Laicização e Intolerância Religiosa:** desafios para a História ensinada. Educ. Real., Porto Alegre , v. 42, n. 1, p. 99-120, mar. 2017 . Disponível em

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-62362017000100099&lng=pt&nrm=iso>.

acesso em 02 mar. 2020.

<https://doi.org/10.1590/2175-623661108>.



SILVA, José Alessandro Cândido da. **Políticas de educação escolar indígena no Acre.** Educ. rev., Curitiba , v. 35, n. 77, p. 321-338, out. 2019 . Disponível em<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602019000500321&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 02 Mar. 2020. Epub out 31, 2019. <https://doi.org/10.1590/0104-4060.67998>.

SILVEIRA, Edson Damas da; SILVEIRA, Stela Aparecida Damas. **Direito fundamental à educação indígena.** Curitiba: Juruá, 2012.

VOSGERAU, D. S. R.; ROMANOWSKI, J. P. **Estudos de revisão: implicações conceituais e metodológicas.** Diálogo Educacional: Curitiba, v.14, n.21, p. 165-189, jan./abr. 2014.